

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
ATA DA 89ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE -
COMDEMA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Prefeitura, com início às dezesseis horas em primeira convocação, e às dezesseis horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 89ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, cujas assinaturas constam da lista de presença anexa, com justificativa de ausência de Cristiani Fuloni. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 79ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. Angela perguntou se todos receberam a ata da reunião anterior, e se estava aprovada, tendo sido aprovada. Em seguida Angela informou que a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: EIV do Edifício Moacyr Caldeira Filho, Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos - PMGRS, Utilização de recursos do FUNDEMA (Fundo Municipal de Meio Ambiente) e outros assuntos. Angela iniciou a reunião e informou que já foram analisados e aprovados por deliberação os EIVs do Edifício Mont Blanc, Loteamento Bem Viver e Edifício Pierini; e na reunião anterior foi analisado o EIV da Cargill, a qual será enviado ofício à Cargill com as recomendações de correções; quanto ao EIV do Unifafibe, será notificada a escola para num prazo de 30 dias se manifestar quanto às alterações a serem feitas. Angela pediu a inversão de pauta, o que foi aprovado. Foi informado que a Prefeitura foi acionada pelo Ministério Público, MP, pela retirada de 15 árvores da praça Tiradentes, no Jardim Marajá, para a reforma a ser realizada na praça, conforme projeto feito pelo Departamento de Obras; o Departamento de Meio Ambiente, DAAMA, realizou o laudo para a retirada de 9 espécies de onde será executado o estacionamento, e de outras 6 que estavam secas ou comprometidas; foi considerado que apesar de não recomendado a retirada de árvores para execução de estacionamento, o projeto já estava aprovado no convênio com a Caixa Federal, assim como no projeto de iluminação não foram priorizadas as áreas de passeio ao dispor as luminárias no centro dos canteiros, considerando o sombreamento da copa das árvores, assim como não foi feito inicialmente o projeto de paisagismo; foi informado que um projeto de compensação das espécies retiradas foi feito pelo DAAMA para a ser apresentado ao MP, com o plantio de duas árvores para cada uma retirada; e por fim aprovado seja encaminhado notificação ao Departamento de Obras e Planejamento para adoção de critérios que priorizem a preservação de árvores na elaboração dos projetos de praças. A seguir foi informado que há solicitação de retirada de árvores do pátio de exposição de aeronaves do museu, e que ao todo serão retiradas 30 espécies, considerando que as árvores estão sobre os aviões, e os mesmos não têm condições estruturais de serem deslocados; a Prefeitura neste caso irá realizar o plantio de 60 espécies antes de fazer a supressão, com campanha informativa. A seguir foi informado que a remoção das árvores da área do loteamento Bem Viver tem autorização do Estado, feita através do processo de aprovação junto à Cetesb, e que a loteadora firmou um TCRA, Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental, com compensação na própria área. A seguir foi informado que a solicitação de mudas de árvores do viveiro da Parque Ecológico da Prefeitura, feitas por escolas ou entidades, quando associada a campanhas educativas, será feita através do Vale Árvore, e a retirada da muda de árvore no viveiro será feita com a assinatura de uma declaração que se comprometerá a cuidar da árvore plantada por 2 anos, e indicando também o local onde será feito o plantio, e foi considerado que essa medida foi tomada para garantir uma boa destinação às mudas doadas. A seguir foi discutido sobre a ativação do FUNDEMA após 12 anos da sua lei nº 3692 de 08 de agosto de 2007, viabilizado com a aprovação da lei nº 5.393 de 19/11/2019 para abertura de crédito especial no valor de R\$ 25.887,71, para custeio e investimento do fundo; o fundo conta com saldo de R\$ 9.113,58 em conta corrente do Banco do Brasil, e a receita foi adquirida com arrecadação de tarifas e multas previstas no Código de

49 Arborização, e de tarifas recolhidas por serviços de disposição de resíduos no pátio de
50 transbordo; foi informado que será feito um pagamento para a confecção de placas dos
51 Ecopontos, no valor de R\$ 2.351,25, o que foi aprovado; também foi informado que será feito
52 orçamento para compra de câmeras de segurança, de ferramentas para execução de brinquedos
53 feitos com pneu, e para reforma do alambrado, todos do Parque Ecológico; foi informado que
54 os recursos serão utilizados prioritariamente no Parque Ecológico, considerando a necessidade
55 de recuperação e adequação de suas instalações, o que foi aprovado; foi informado também
56 que o parque infantil será reformado e instalado no modelo Eco Parque, com o uso de madeiras
57 e pneus. Foi informado que o Plano Municipal de Educação Ambiental foi aprovado na
58 Câmara Municipal e promulgado como lei nº 5399 de 19 de novembro de 2019. A seguir foi
59 discutido Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos - PMGRS, e que se encontra
60 disponível para consulta popular no site da Prefeitura, na página do DAAMA, e no facebook
61 do DAAMA, e está aberto para contribuições, prorrogado para o começo do ano que vem,
62 considerando que não haverá tempo hábil para ser apreciado pelos vereadores; Angela disse
63 que o plano foi enviado para todos os conselheiros, e observou que apesar de não estar
64 aprovado como lei, alguns de seus dispositivos já estão sendo aplicados, considerando a
65 cobrança de ações do MP e do TCE, Tribunal de Contas do Estado, e o reforçou que a
66 responsabilidade do município é somente para com a coleta e disposição do lixo domiciliar e
67 da varrição, e das podas realizadas em áreas públicas; o resíduo de poda e de construção civil,
68 gerado pelo munícipe, é de sua responsabilidade, devendo o município atuar como gestor,
69 fiscalizando e orientado, para a melhor disposição destes resíduos; e a gestão deve ser para
70 todos os tipos de resíduos; a população de baixa renda pode solicitar junto aos CRAS, Centro
71 de Referência de Assistência Social, a retirada do resíduo; os resíduos da saúde são recolhidos
72 por empresa especializada, a NGA, contratada pela Prefeitura, e a saúde privada pode usar esse
73 serviço, mediante pagamento de tarifa; a coleta seletiva tem que ser implantada imediatamente
74 por imposição do MP e TCE; os resíduos de oficinas automotivas devem ser triados e
75 coletados por empresas especializadas; os resíduos do cemitério devem igualmente serem
76 triados, considerando que está sendo feito o processo de licenciamento; foi destacado que todas
77 as ações de saneamento são ações de saúde, a qualidade ambiental resulta na preservação da
78 saúde e da qualidade de vida; foi observado também que os grandes geradores de resíduos
79 deverão ter seus próprios planos de gerenciamento de resíduos, como a Granol Dreyfus,
80 Unimed, Coopercitrus e Cargill, assim como as empresas rurais agropecuárias. A seguir foi
81 informado que o TCE está cobrando que o município tenha estrutura administrativa para
82 licenciamento ambiental de média complexidade, devendo a pasta do meio ambiente ser de
83 primeiro escalão, e o também manter esse conselho ativo. A seguir foi discutido a obras
84 realizadas da galeria pluvial da bacia de contribuição da região do Parque Eldorado, no setor
85 oeste, com lançamento no córrego Parati, no setor norte, e observado que a área de
86 contribuição é de 1.528.632 m², e estimado um volume de 56 m³/s para uma chuva de retorno
87 de 100 anos, e uma vazão de 44 m³/s para 25 anos, e que a galeria executada não considerou
88 toda a bacia de contribuição, uma vez que a tubulação instalada não atinge uma seção de 25
89 m², e lança somente no córrego Parati, e que deveria ter sido feito uma redução do lançamento
90 neste córrego, com lançamento no córrego Mandembo também; foi observado que a chuva do
91 dia 27 deste mês chegou a um volume de 42 mm, e foi recolhida pelas obras desta galeria, não
92 ocorrendo alagamento no cruzamento das avenidas Joaquim Alves Guimarães e Santos
93 Dumont, mas se o volume chegasse a 90 mm não seria suficiente; foi observado também que
94 as chuvas de 90 mm estão com periodicidade de 7 anos, conforme relato de Marcio Martins,
95 sendo que antes elas ocorriam em 50 anos; quanto ao projeto das galerias do Jardim Bem
96 Viver, futuro empreendimento imobiliário na margem direita do córrego Parati, ele foi feito
97 somente para a área de contribuição do setor norte, prevê dissipadores, diques de contenção no
98 leito do córrego e proteção das margens, e no caso das galerias a montante na avenida Joaquim
99 Guimarães serem insuficientes, ou possível rompimento, o escoamento será superficial até
100 chegar na área do loteamento; foi discutido também sobre as obras das galerias na avenida
101 Lourenço Santin, no setor sul, e observado que a tubulação está subdimensionada também, e
102 por fim foi aprovado a notificação ao Departamento de Obras para que tome providências para

adequação dos projetos e obras das galerias pluviais. A seguir foi discutido sobre a falta de água ocorridas em várias partes da cidade recentemente, e foi observado que podem ter ocorrido por erros operacionais no sistema, com risco de segurança aos operadores das válvulas das bombas, sendo, portanto, aprovado uma recomendação ao SAAEB para identificar possíveis erros operacionais e tomar providências para as medidas corretivas. Considerando o adiantado da hora, o EIV do edifício Moacir Caldeira será analisado na próxima reunião. A seguir foi informado que a Câmara Técnica de Planejamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo Grande, CBH-BPG, vem realizando reuniões para atualização do Plano de Aplicação e Programa de Investimentos, PA/PI, do Plano de Bacia, para definir a distribuição de recursos para os próximos quatros anos. Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo o mais nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de todos. Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e pelo presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia vinte e oito do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

Angela Maria Macuco do Prado Brunelli
Presidente em Exercício do COMDEMA

Telma Alves Magro
Secretária